



**ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019.**

Data : 13/06/2019  
Horário : 14:00h  
Local : Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 - 2 - Saco Grande 2, Florianópolis - SC, 88032-005. Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas do dia treze de junho de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da SDS,  
2 reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA),  
3 com a presença da senhora Juliana Cassanelli Machado (IMA), Presidente; e dos membros  
4 representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: Camila de Alcântara Rico  
5 (IMA), José Almerly Padilha (OCESC), Maicon dos Reis Soares (FAESC) e Rodrigo Walter  
6 (OAB/SC).

7

8 Julgamento do processo relacionado no Edital 13/19, publicado no DOE nº 21.030 de  
9 05/06/2019.

10

11 **A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
12 **(CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do Decreto  
13 nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

14

15 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 160/14**

16 AIA Nº : 33005-A

17 PROCESSO Nº : PMSC 2578/2014

18 RELATOR : RODRIGO WALTER

19 RECORRENTE : CLAILTON MANOEL FRANCISCO

20 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

21

22 **EMENTA**

23

24 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
25 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE TURVO. TER EM CATIVEIRO  
26 ESPÉCIES NATIVAS DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL.  
27 RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.



**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 219/14**

AIA Nº : 33123-A  
PROCESSO Nº : PMSC 2578/2014  
RELATOR : RODRIGO WALTER  
RECORRENTE : CRISTIANO REBELO DO ESPIRITO SANTO  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 54 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. MANTER PÁSSARO SILVESTRE EM GAIOLA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.



JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 341/14**

AIA Nº : 9261-A

PROCESSO Nº : PMSC 4882/2014

RELATOR : RODRIGO WALTER

RECORRENTE : LAERCIO ZANETTE

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ARARANGUA. PESCAR EM LOCAL ONDE A PESCA SEJA PROIBIDA. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 343/14**

AIA Nº : 21149-A

PROCESSO Nº : PMSC 2578/2014

RELATOR : RODRIGO WALTER

RECORRENTE : ROBSON SERGIO MARTINS



RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SANGÃO. TER EM DEPÓSITO AVES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 358/14**

AIA Nº : 23343-A

PROCESSO Nº : DSUST 1496/2014

RELATOR : RODRIGO WALTER

RECORRENTE : LUIZ CARLOS DE SOUZA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SITIO NOVO. EXERCER ATIVIDADE DE PESCA COM EMPREGO DE PETRECHO PROIBIDO. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.



**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 373/14**

AIA Nº : 23347-A

PROCESSO Nº : PMSC 5534/2014

RELATOR : RODRIGO WALTER

RECORRENTE : LAERTE DA SILVEIRA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGUNA. EXERCER PESCA COM USO DE PETRECHO PROIBIDO. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.



Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 283/15**

AIA Nº : 34862-A

PROCESSO Nº : PMSC 23658/2015

RELATOR : RODRIGO WALTER

RECORRENTE : SANDROALEX SANTANA SILVA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE. CAÇAR PASSARO DA FAUNA NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 284/15**

AIA Nº : 36853-A

PROCESSO Nº : PMSC 23661/2015

RELATOR : RODRIGO WALTER



RECORRENTE : FRANCISCO DE ASSIS KRACHINSKI

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. MANUTENÇÃO EM GAIOLAS DE PÁSSAROS NATIVOS SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DO RECURSO.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 285/15

AIA Nº : 36855-A

PROCESSO Nº : PMSC 23663/2015

RELATOR : RODRIGO WALTER

RECORRENTE : FRANCISCO DE ASSIS KRACHINSKI

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. CATIVEIRO DE GALOS UTILIZADOS PARA A PRÁTICA DE RINHA DE GALO. RECONHECER DE



OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente do recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 53/16**

AIA Nº : 15916-A

PROCESSO Nº : PMSC 23234/2015

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

RECORRENTE : RUI CLEVERTON BARBOSA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. MATAR ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo.





Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 366/16**

AIA Nº : 37994-A

PROCESSO Nº : PMSC 25647/2016

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

RECORRENTE : MANOEL RODRIGUES PADILHA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE MONDAÍ. PESCAR MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE PETRECHO PROIBIDO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. CONVERSÃO DA PENA DE MULTA EM ADVERTÊNCIA.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena da multa em pena de advertência.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 681/17**

AIA Nº : 39591-A

PROCESSO Nº : PMSC 44595/2017

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES



300 RECORRENTE : VANDERLEI ZANELLA

301 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

302

303 **EMENTA**

304

305 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
306 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. MANTER EM  
307 CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO  
308 AMBIENTAL. CONVERSÃO DA PENA DE MULTA EM ADVERTÊNCIA.

309

310 **DECISÃO**

311

312 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
313 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
314 unanimidade, pela substituição da pena da multa em pena de advertência.

315

316

317 Florianópolis, 13 de junho de 2019.

318

319 JULIANA CASSANELLI MACHADO

320 Presidente

321

322 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 682/17**

323 AIA Nº : 41169-A

324 PROCESSO Nº : PMSC 44597/2017

325 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

326 RECORRENTE : DIEISON SOARES

327 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

328

329 **EMENTA**

330

331 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
332 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. MANTER EM  
333 CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO



AMBIENTAL. CONVERSÃO DA PENA DE MULTA EM ADVERTÊNCIA.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena da multa em pena de advertência.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 224/18**

AIA Nº : 20355-A

PROCESSO Nº : PMSC 24707/2016

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

RECORRENTE : SEBASTIANA BURGHER DE SOUZA FERNANDES

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ. MANTER EM CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE MULTA EM ADVERTÊNCIA.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena da multa em pena de advertência.



Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 231/18**

AIA Nº : 41633-A

PROCESSO Nº : PMSC 33309/2017

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : ALEXSANDRO LIMA DE SOUZA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. MANTER EM CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, reduzindo a multa em 25%.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 238/18**

AIA Nº : 42327-A

PROCESSO Nº : PMSC 24382/2018



RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : TANCREDO KEMPNER

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE. MANTER EM CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

#### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, não prover o recurso administrativo.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

#### RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 426/18

AIA Nº : 14474-A

PROCESSO Nº : PMSC 27238/2017

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : NORIVAL DEBATIN

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CANELINHA. MANTER EM CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO



AMBIENTAL. REDUÇÃO DE 90% DA MULTA.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por voto divergente do Conselheiro Maicon dos Reis Soares, acompanhado pela maioria, pela redução de 90% da penalidade de multa.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 428/18

AIA Nº : 45687-A  
PROCESSO Nº : PMSC 36042/2017  
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO  
RECORRENTE : MANOEL LAURO FRANCEZ  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CANELINHA. MANTER EM CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. REDUÇÃO DE 25% DA PENALIDADE DE MULTA.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, reduzindo a multa em 25%.



Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 436/18**

AIA Nº : 12607-A

PROCESSO Nº : FATMA 39996/2018

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : VALDEMAR PEREIRA DOS SANTOS

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. PRATICAR A PESCA COM PETRECHO PROIBIDO. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 451/18**

AIA Nº : 43318-A

PROCESSO Nº : PMSC 8570/2018



504 RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO  
505 RECORRENTE : ANTONIO CLAUDINO DA SILVA  
506 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

507

508 **EMENTA**

509

510 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
511 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PORTO BELO. MANTER EM  
512 CATIVEIRO ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO  
513 AMBIENTAL. DEIXAR DE APLICAR A PENALIDADE DE MULTA.

514

515 **DECISÃO**

516

517 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
518 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
519 unanimidade, deixar de aplicar a penalidade de multa nos termos do artigo 29, §2º da Lei nº  
520 9.605/98.

521

522 Florianópolis, 13 de junho de 2019.

523

524 JULIANA CASSANELLI MACHADO

525 Presidente

526

527 Fica acatado o pedido do requerente de suspensão do recurso administrativo nº 275/17 para a  
528 próxima reunião. Auxiliou a presidência da reunião a funcionária Pietra Pires Machado. Segue  
529 em anexo lista de presenças. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, às quinze horas  
530 e trinta minutos declarou-se encerrada a Reunião.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.